

Jacques Le Goff – contribuições para a discussão conceitual e para as demandas teóricas da Nova História¹

José Costa D'Assunção Barros
Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF)
Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
jose.d.assun@globomail.com

Recebido em: 22/09/2015
Aprovado em: 19/02/2016

Resumo:

Pretende-se analisar e discorrer sobre as principais contribuições do historiador francês Jacques Le Goff no que se refere à Teoria da História, enfatizando sua contribuição para historiografia no sentido mais restrito – aqui considerado o campo mais amplo da Teoria e Metodologia da História. Uma primeira seção do artigo propõe-se enfatizar o papel de Jacques Le Goff como teorizador de alguns conceitos importantes demandados pelo seu tempo – tais como as noções de “mentalidades” e de “imaginário”, redefinidoras de um novo campo de estudos no seio da nova historiografia ligada aos gestores e principais colaboradores da Revista dos *Annales*. Por fim, examinamos as contribuições teóricas de Jacques Le Goff como líder da geração de historiadores franceses ligados à Nouvelle Histoire, em sua época.

Palavras-chave: Le Goff, historiografia, teoria da história.

Abstract:

This article aims to analyze and discuss the main contributions of the french historian Jacques Le Goff relative to Theory of History, emphasizing particularly his contributions to the Historiography in its more specific sense - here considered the broader field of Theory and Methodology of History. One of the first sections of the article proposes to emphasize the contribution of Jacques Le Goff to the development of some important concepts demanded on his time – as the notions of “mentalities” and “imaginary”, important in the delimitation of new historiographic fields linked to the main collaborators of the *Annales* Review. In the last sections, we examine the theory contributions of Jacques e Goff as leader of the french historians’s generation linked to the New History, in his era.

Keywords: Le Goff, historiography, theory of history.

Jacques Le Goff e sua importância para a historiografia

Jacques Le Goff (1924-2014) tornou-se muito conhecido na história da historiografia recente por seu diversificado e admirável trabalho no campo da História Medieval, no interior do qual explorou temáticas tão diversificadas como a urbanização, a produção intelectual medieval, as práticas ligadas ao tempo, os imaginários da religiosidade, a literatura e as expressões medievais das hierarquias sociais, para apenas mencionar alguns de seus eixos de estudo. Paralelamente a esta grande contribuição, entretanto, o historiador francês também se celebrizou por ser um dos líderes do grupo ligado à chamada Escola dos *Annales* – ou, mais propriamente, daquele grupo mais específico que Peter Burke (1990) considerou como uma “terceira geração dos *Annales*”, bem sedimentada na direção dos órgãos centrais do movimento a partir de 1969.

Neste segundo aspecto que também celebrizou Le Goff – a liderança sistemática do movimento dos *Annales* até sua morte – coube a este historiador francês a persistente tarefa de sistematizar alguns dos caminhos teóricos e metodológicos que já iam sendo percorridos pelo grupo dos *Annales* desde os anos 1970; e que, sobretudo, colocavam-se como um caminho capaz de redefinir efetivamente os rumos do movimento no futuro. Tratava-se, um pouco como o fizera Lucien Febvre (1878-1956) para o grupo da “primeira geração dos *Annales*”, de apresentar ao mundo dos leitores e à comunidade dos historiadores – e dentro desta última buscando as alianças e confrontos dos quais vive todo grupo em sua busca de identidade Febvre escrevera, nos momentos apropriados, célebre manifestos – como o *Manifesto Face ao Vento* (1946) – organizara a Revista do movimento (a célebre Revista dos *Annales*); escrevera prefácios e resenhas polêmicas nas quais estabelecia as posições do grupo como um todo face ao mundo dos leitores e à comunidade dos historiadores. Le Goff, embora um pouco menos polemista e mais conciliador, também assumiu a tarefa de escrever textos de apresentação dos caminhos teóricos, metodológicos e programáticos grupo, normalmente como prefácios de obras coletivas que ele mesmo organizou ou co-organizou. Ambos ocuparam cargos institucionais no grupo, por assim dizer, seja à testa do conselho editorial da Revista dos *Annales*, seja em Instituições como a *École des Hautes Études*.

Os dois aspectos últimos aspectos – a liderança dos *Annales* e o balizamento teórico do grupo – estão de certa forma interligados através da figura deste historiador francês. Deste modo, se Jacques Le Goff ocupou posições particularmente importantes na direção da *Revista dos Annales* e de outras instituições ligadas ao grupo, além de se tornar um dos principais organizadores dos seus livros coletivos (LE GOFF, 1974; LE GOFF e NORA, 1978), ele também se tornou o autor singularizado de importantes textos e manifestos que têm ajudado a definir a identidade da *Nouvelle Histoire* nos termos de suas propostas específicas de ver e fazer a História.

Neste artigo, examinaremos especificamente algumas das principais contribuições de Jacques Le Goff que se voltaram os campos integrados da Historiografia, da Teoria e da Metodologia da História. Nosso interesse principal recairá sobre as idéias de Le Goff a respeito da historiografia como um todo, dos modos de ver e fazer a História, dos caminhos que vêm sendo tomados pela nova historiografia e, particularmente, pelo grupo ainda ligado à *Revista dos Annales*. A sua posição como autor de prefácios, manifestos e textos teóricos, os quais ajudaram a consolidá-lo na função de líder e representante da *Nouvelle Histoire*, será, portanto, o nosso principal objeto de análise. Justifica a nossa escolha de enfoque o fato de que a contribuição de Jacques Le Goff como medievalista já está sendo examinada seriamente em alguns dos outros artigos que compõem o presente Dossiê.

Le Goff: teorizador de conceitos

Pode-se dizer que, em boa medida, a contribuição de Jacques Le Goff para a historiografia medieval, embora vasta e significativa, têm uma importância análoga os seus trabalhos especificamente direcionados à teoria da história, à metodologia, à historiografia, ou aos manifestos dedicados a trazer uma mais forte identidade ao grupo de historiadores franceses que ele passou a liderar a partir de 1969. Embora menor a quantidade de textos teóricos e historiográficos elaborados por Jacques Le Goff, quando comparamos o seu conjunto ao das produções específicas sobre História Medieval, pode-se dizer que as importâncias destes dois grandes setores da produção le-goffiana são, de certo modo, simétricas. Lembraremos, de saída, alguns textos especialmente importantes para o apoio teórico-metodológico da Nova História no que concerne ao desenvolvimento

de novas modalidades historiográficas. Os *Annales*, como se saber, desde a sua fundação empenharam-se em um programa de ampliação do universo de campos historiográficos. Em oposição à compressão da Historiografia aos âmbitos da História Política e da História Institucional, alvejados desde Lucien Febvre como uma redução empobrecida do universo potencial de estudos dos historiadores, cedo os historiadores annalistas estiveram envolvidos na criação e fortalecimento de novas modalidades historiográficas. Na primeira metade do século XX, além da História Social – uma modalidade mais ampla e generalizante, difícil de definir até hoje – surgiram modalidades como a História Econômica, a História Demográfica, a Geo-História. Febvre pronunciara outras, como a Psico-História, que só mais tarde encontrariam as suas realizações mais bem estabelecidas, direcionando-se para âmbitos como a História das Mentalidades ou a História do Imaginário. À época em que Le Goff assume a direção do movimento com outros parceiros que partilharam o poder institucional centralizador antes exercido por Fernando Braudel (1902-1985), estas modalidades já despontavam com suas primeiras realizações. A História das Mentalidades em um primeiro momento; a História do Imaginário, um pouco depois.

Era preciso, entre os anos 1970 e 1980, proceder aos primeiros balanceamentos destes campos que já começavam a apresentar as suas realizações, e também discutir aportes teóricos que permitissem teorizar sobre os novos campos. Voltando-se para esta tarefa, é de autoria de Jacques Le Goff um dos textos de referência que se direcionam para a compreensão desta que seria uma das grandes modalidades historiográficas que passaram a se afirmar dos anos 1960 em diante: a chamada História das Mentalidades. Com “Mentalidades: uma história ambígua” (1974) – ensaio que integrou a célebre coletânea *Faire L’Histoire*² – pode-se dizer que Jacques Le Goff legou à historiografia um dos textos clássicos sobre a noção de “mentalidades”. De outra parte, podem ser percebidos, já neste texto, alguns sinais importantes que anunciam os novos caminhos que logo passariam a ser trilhados pelo historiador francês.

Com o tempo, Le Goff tenderia a valorizar, em detrimento das *mentalidades* – as quais haviam ocupado uma posição conceitual tão importante na primeira fase de sua produção – uma outra noção que teria longa vida na historiografia francesa, e particularmente nos trabalhos de Jacques Le Goff: o Imaginário. Não foi por acaso que o “prefácio” de Le Goff para seu livro *O Imaginário Medieval* (1985) viria também a se

constituir em outra importante contribuição teórica para a compreensão de uma nova modalidade historiográfica que se tornaria muito importante para a historiografia francesa, notadamente a partir das últimas décadas do século XX: a História do Imaginário. Este conceito abriria uma grande diversidade de caminhos temáticos e de possibilidades de fontes, uma vez que Le Goff é ao mesmo tempo cuidadoso e audacioso na sua delimitação do novo conceito que dará sustentação a inúmeros trabalhos seus e também de outros autores. De fato, ao definir o imaginário de maneira complexa, mas ao mesmo tempo atento às circunstâncias históricas; Jacques Ler Goff o trata simultaneamente como uma instância que se abre à multiplicidade e à transformação:

“Essas imagens não se restringem às que se configuram na produção iconográfica e artística: englobam também o universo das imagens mentais. E se é verdade não haver pensamento sem imagem, tampouco deveremos deixar-nos afogar no oceano de um psiquismo sem limites. As imagens que interessam ao historiador são imagens coletivas, amassadas pelas vicissitudes da história, e que se formam, modificam-se, transformam-se. Expressam-se em palavras e em temas” (LE GOFF, 1994, p.16).

A passagem acima transcrita – a qual faz parte do “Prefácio à 1ª Edição” de *O Imaginário Medieval* (1985) – ocupa-se de precisar tanto quanto possível o “campo do imaginário”, a noção de “representação”, as relações do imaginário com o “simbólico” e com o “ideológico”, as especificidades dos documentos mais apropriados ao estudo do Imaginário, e, novamente, a noção de “imagem” – fundadora por desdobramento do próprio conceito de “imaginário”. Busca-se aqui definir e precisar minimamente um instrumental teórico e conceptual necessário ao historiador do imaginário. Percebe-se, assim como no texto anterior sobre a História das Mentalidades (1974), a preocupação de Le Goff em sinalizar caminhos para um novo subcampo historiográfico que já vinha significativamente se constituindo a partir de alguns trabalhos de historiadores ligados aos *Annales*. Distinguir tanto o “imaginário” como a “imagem” da *representação*, outro conceito que vinha sendo disputado pelos novos historiadores em polêmicas que buscavam definir todo um campo pertinente aos novos objetos historiográficos que então começavam a surgir, era já um primeiro passo importante no trabalho de inflexão conceitual ao qual Le Goff resolveu se dedicar, ao lado dos seus estudos medievalistas.

Por “representação” Le Goff entende “todas e quaisquer traduções de uma realidade exterior percebida”. Daí que o Imaginário, no entender de Jacques Lê Goff, ocupa apenas uma fração do território da representação – referindo-se mais propriamente àquela parte criadora e não meramente reprodutora. Tampouco deverão ser consideradas incluídas no imaginário as “representações” ou as “ideologias” puramente intelectuais¹.

Por outro lado, é certamente um dado particularmente importante e definitivo deste importante texto teórico a ampliação da noção de “imagem”, de modo a nela se reconhecer e incluir os âmbitos “visual”, “mental” e “verbal”. É verdade que a “imagem” nas suas três possibilidades — visual, mental e verbal — vinha de longa data sendo perspectivada por alguns historiadores que se ocuparam do imaginário, a começar por Johan Huizinga em *O Declínio da Idade Média* (HUIZINGA, 1919). Mas a importância do “prefácio” de Le Goff estava em dar um estatuto teórico a este trabalho sobre as múltiplas possibilidades imagísticas que já vinha sendo realizado na prática historiográfica.

Da mesma forma, supera-se, neste prefácio de Jacques Le Goff, qualquer perspectiva de desvalorização do imaginário por uma pretensa realidade que o empurre subrepticamente para uma posição secundária. Já não se falará aqui de uma dicotomia entre “real” e “imaginário”, mas de um “real material” e um “real imaginário” (LE GOFF, 1991, p.17). Podemos dizer que o gesto de rechaçar qualquer depreciação do “imaginário” em relação ao “real” – uma preocupação que também podemos ver em Cornelius Castoriadis (1975), outro grande teorizador do Imaginário atuante na época do prefácio de Le Goff para o livro *Imaginário Medieval* – teve uma repercussão extraordinariamente importante para a nova historiografia que vinha surgindo, particularmente dentro e em diálogo com os novos *Annales*.

Os dois textos – sobre as Mentalidades e sobre o Imaginário – foram citados aqui apenas para ilustrar a importante contribuição de Le Goff para a discussão de noções importantes para a historiografia. A eles, certamente, poderíamos agregar outros textos igualmente imprescindíveis, seja para a Teoria, seja para a Metodologia da História. É o caso dos já clássicos “História e Memória” (1990) e “Documento/Monumento” (1990), ambos incluídos no volume que, levando o título do primeiro destes dois artigos, reuniu alguns ensaios específicos de discussão teórica e historiográfica que haviam sido elaborados por Le Goff para a enciclopédia italiana Einaudi.

Igualmente importantes são os ensaios nos quais Jacques Le Goff se posiciona diante das transformações historiográficas que já iam ocorrendo em seu próprio tempo, tal como o artigo “A Política: será ainda a ossatura da História?” (1972). Este, ao mesmo tempo denuncia e pronuncia o reconhecimento do chamado “retorno da História Política” no âmbito da historiografia francesa. Chega mesmo a admitir a idéia de que, rigorosamente falando, a História Política nunca havia abandonado propriamente o cenário historiográfico, mesmo entre os *Annales*, embora tenha se beneficiado certamente de transformações importantes que a faziam se distinguir muito claramente da velha História Política, aqui compreendida como uma história essencialmente narrativa e presa a uma concepção muito restrita de “política” (e de “poder”). Conforme se vê, uma característica importante do pensamento teórico e historiográfico de Jacques Le Goff é a sua capacidade crítica de se adaptar às novas demandas, de redefinir caminhos a serem seguidos.

Le Goff: autor de manifestos

Na seqüência deste artigo, escolhemos para analisar em maior detalhe as proposições e sugestões explícitas, e também implícitas, que se acham registradas em um trabalho teórico, ou mais propriamente historiográfico, bem específico. Trata-se do texto-manifesto que serviu de apresentação para a coletânea organizada por Jacques Le Goff sob o título de *A Nova História* (1978) – a qual reúne ensaios de historiadores diversos ligados à herança francesa da Escola dos *Annales*, conforme este mesmo grupo de historiadores costumava então se identificar. Estes historiadores, então, preferiam se referir aos seus próprios trabalhos como constituintes de uma nova tendência – ao mesmo tempo herdeira dos antigos *Annales* e instituidora de novos caminhos – valendo-se da designação “Nouvelle Histoire”.

Acreditamos que um exame atento do texto-manifesto de 1974 oferece um caminho sintético para a compreensão de algumas das principais posições teóricas, metodológicas e historiográficas de Jacques Le Goff – as quais talvez ficassem um pouco dispersas se optássemos em examinar mais panoramicamente todo o conjunto de textos teóricos e metodológicos de sua autoria. Por outro lado, será interessante compreendermos em maior profundidade a posição de Jacques Le Goff perante a herança identitária que havia recebido dos *Annales* – bem ancorada em referências como as de Marc Bloch, Lucien

Febvre e Fernand Braudel – e que precisava ser reassimilada pela proposição de que a Nouvelle Histoire trazia ainda algo de novo. Presta-se, admiravelmente, a esse exercício, a comparação do texto-manifesto com um “Prefácio” escrito por Jacques Le Goff, em 1993, para uma reedição da *Apologia da História*, de Marc Bloch (1941-1942).

Neste ponto, a contribuição do teorizador Jacques Le Goff e do líder de um movimento historiográfico acham-se bem ajustadas. Para uma adequada compreensão do texto-manifesto, como o chamaremos a partir daqui, precisaremos entender algumas de suas posições teóricas e historiográficas não apenas a partir da consideração da perspectiva individual de seu autor. Aquelas são obviamente interferidas pela destacada posição de liderança que Le Goff precisou assumir em relação aos [novos] historiadores da *Nouvelle Histoire*, os quais passaram a ocupar, institucionalmente, as antigas posições que haviam sido antes controladas pelos historiadores da chamada segunda geração dos *Annales* (principalmente Fernand Braudel). Nesse sentido, é oportuno recuperarmos o contexto em que esta nova geração de historiadores passa a se afirmar.

A geração da Nouvelle Histoire e sua contribuição historiográfica

A chamada terceira fase dos *Annales* (BURKE, 1990) abre-se a uma ampla diversificação de objetos e dimensões de estudo, em alguns casos até mesmo a um excesso de novos objetos e a certa fragmentação do conhecimento historiográfico. A ampliação de campos históricos e de temáticas possíveis aos historiadores já não tem limites nesses novos tempos. Há uma história para tudo o que é humano e mesmo espaço para uma “história sem homens”, tal como propõe Le Roy Ladurie com sua *História do Clima* (1967). Na fase pós-1968 dos novos *Annales*, começam a se multiplicar vertiginosamente os novos campos historiográficos. Além dos campos históricos já tradicionais – como a História Cultural, a Nova História Política, a História Econômica – começam a surgir inúmeros outros, em muitos casos bem específicos, como a História do Medo ou a História do Olfato, consolidando-se aqui uma profusão de domínios temáticos por vezes esdrúxulos, por vezes surpreendentes e inusitados. Em virtude das demandas editoriais, da multiplicação de produtores de história, da ampliação extraordinária do público historiográfico, e do advento de uma nova era digital na qual a cultura torna-se ela mesma

um dos mais importantes objetos de consumo, a historiografia profissional vive ao mesmo tempo uma fase de exuberância e de redefinição dos seus antigos valores.

É interessante observar o discreto constrangimento de alguns dos historiadores dos *Annales* a partir dos anos 1970. Alguns deles parecem se mostrar assaltados por uma incontornável consciência de que algo do projeto inicial dos *Annales* havia se perdido, com a saída de cena de um importante item do antigo programa dos *Annales* que poderíamos definir como uma ambição de “História Total”. Pode-se dizer que a “história total”, se é que ainda era possível utilizar esta expressão, mudara irremediavelmente de sentido. De uma “história do todo”, que buscava articular todas as instâncias do social, passava-se a uma “história do tudo”, que também inclui aquilo que é quase nada, diriam alguns.

O constrangimento sobre a perda de um item importante do programa das duas primeiras gerações dos *Annales* é precisamente a primeira preocupação expressa no “prefácio” de Jacques Le Goff para a coletânea que foi intitulada *A Nova História* (1978). Este célebre “prefácio-manifesto”, que toma a si a tarefa de representar a nova geração de historiadores franceses que postulava a herança dos *Annales*, apresenta de saída o constrangimento menor de ter de justificar a insistência no uso da expressão “Nova História” para um grupo que quer se conservar como “continuidade” de um movimento que estava já completando quase meio século.

Como continuar justificando como *novos* os rebatimentos insistentes de todos aqueles itens programáticos da já clássica Escola dos *Annales*, alguns dos quais estavam plenamente assimilados pelo conjunto de historiadores profissionais? A história-problema já se havia tornado lugar comum, e dificilmente, nessa época, poderia ser encontrado algum historiador que teria orgulho de elaborar um trabalho meramente factual. A interdisciplinaridade era já uma prática generalizada entre historiadores de diversas escolas e orientações. A abertura de fontes era uma realidade que ainda não cessara de se expandir. As inovações dos *Annales*, enfim, faziam agora parte do métier de qualquer historiador: estavam integradas à própria matriz disciplinar da História. Onde poderia ser encontrado, ainda, algo de radicalmente novo – que justificasse à nova geração de historiadores franceses se autodenominar uma *Nouvelle Histoire*?

A perspectiva de uma História Total

Este primeiro aspecto – a conciliação entre o interesse de pertencer a uma tradição e o desejo de apresentar algo novo – é a pequena tensão que Jacques Le Goff administra com habilidade no seu prefácio-manifesto, juntamente com o item mais difícil e constrangedor da “História Total”. Pode-nos surpreender nesse ensaio o empenho de Le Goff em dar ares de história total ao conjunto de todas as diversificadas experiências produzidas pelos novos *Annales*, as mesmas que, não tardaria muito, François Dosse estaria convocando como exemplos para falar dos terceiros e quartos *Annales* como artífices de uma “história em migalhas” (1987). Vejamos uma passagem do texto:

“Mas a história não se contentou em abrir para si mesma, aqui e acolá, novos horizontes, novos setores. Claro, um Pierre Goubert abre para a história nova o campo da demografia histórica, a abordagem, do nascimento até a morte, do indivíduo, de cada família de uma região durante um século graças ao exame minucioso dos registros paroquiais. E Nathan Wachtel, com seu *La Vision des vaincus*, modelo e obra-prima da história nova, dilata essa história às dimensões e fronteiras da etno-história. Mas a própria história nova não se contenta com estes avanços, ela se afirma como uma história global, total, e reivindica a renovação de todo o campo da história. Aliás, de um modo ou de outro, as obras pioneiras num setor da história nova afirmam sua ambição para além de toda a especialização. Tais obras – o *Beauvaisis* de Goubert e *La vision des vaincus* de Wachtel constituem bons exemplos – são livros de história total em que uma sociedade é estudada e apresentada em seu todo. A esse propósito, o estudo *Montaillou, village occitan* (1294-1324), de Emmanuel Le Roy Ladurie, obra prima da antropologia histórica, manifesta claramente o desejo de totalização da história nova, que é, sem dúvida, expresso de modo mais eloqüente pelo termo ‘antropologia histórica’, substituto dilatado de ‘história’. Toda forma de história nova – que se manifesta como tal – que se abriga sob o estandarte de uma etiqueta aparentemente parcial ou setorial, quer se trate da história sociológica de Paul Veyne ou da história psicanalítica de Alain Besançon, é na verdade uma tentativa de história total, hipótese global de explicação das sociedades grega e romana da Antiguidade ou da Rússia do século XIX, e até mesmo do século XX” [LE GOFF, 2011, p.131-132].

Podemos submeter à crítica essa significativa passagem de Le Goff. De fato, os exemplos que o historiador francês oferece neste trecho realmente acenam para a possibilidade de conciliação do objetivo de escrever uma História Total a partir de pequenos recortes de espaço ou de estreitas fatias de análise da vida social e humana. Os pequenos recortes de espaço ou lugar que circunscrevem uma vizinhança ou uma família, ou as amplas mas finíssimas lâminas que recobrem uma prática ou um conjunto de

representações, podem, de fato, ser utilizados para enxergar mais amplo, inclusive para recompor uma História Total. A possibilidade de utilizar o micro-recorte, ou a escala de observação reduzida para enxergar algo mais amplo também já vinha sendo coerentemente realizada pelos historiadores que trabalham com o campo da Micro-História. Em outras palavras, o todo também pode se projetar na parte, ou ser acessado através da parte, ou pode ainda se usar a parte como ponte que ao mesmo tempo ilumina e permite atravessar o abismo da totalidade.

A História Total não precisa ser, tal como postula Le Goff, a história de um grande espaço e de um tempo extenso, como a que realizou Braudel em seu *Mediterrâneo* (1949), ou ainda mais acentuadamente na *Civilização Material do Capitalismo* (1967) – obra na qual a totalidade adquire proporções planetárias. Mas é verdade também que os exemplos trazidos por Le Goff no texto em análise foram bem escolhidos. Sim, a História Regional de Goubert, ou a *Visão dos Vencidos* de Wachtel ... Mas o que fazer com alguns dos livros que ele próprio lista posteriormente em um anexo ao seu texto original, as *Notas Complementares*, de 1988? O que fazer com a “história do olfato” de Alain Corbin, que se realiza no livro *Le Miasme et La Jonquille* (1982)³? Ou, ainda, o que fazer, para sustentar que temos ainda aqui uma história total (no sentido de história do todo), com a história da higiene do corpo, levada a cabo por Georges Vigarello em seu livro *O Limpo e o sujo* (1985), ou com a *História dos Quartos* de Michelle Perrot (2009)? Seria possível pensar estes temas como caminhos para apreender, se não uma história total, ao menos uma história mais ampla? E, ademais, terá sido esta a concepção dos autores ao escreverem estas obras?

Existe outro texto de Le Goff – o prefácio para a edição de 1993 da *Apologia da História* de Marc Bloch – no qual ele procura invocar a seu favor, e em benefício da geração da *Nouvelle Histoire*, o próprio espírito de Marc Bloch, utilizando uma citação da *Apologia da História*, quase buscando um argumento de autoridade para a nova tendência da terceira geração dos *Annales*:

“É preciso ler Marc Bloch com atenção neste ponto. Pois os ciosos guardiães de sua memória, ainda mais ciosos na medida em que não são os verdadeiros discípulos, consideram ‘traição’ quando um historiador que invoca, com todos os motivos, a autoridades dos *Annales*, em lugar da história ‘global’ ou ‘total’ recorta na história um objeto particular. Ora, Marc Bloch escreve: [a partir daqui, Le Goff introduz uma transcrição de

um texto da *Apologia da História*]: ‘Nada mais legítimo, nada mais constantemente salutar do que centrar o estudo de uma sociedade em um de seus aspectos particulares, ou, melhor ainda, em um dos problemas precisos que levantam este ou aquele desses aspectos: crença, economia, estrutura das classes ou grupos, crises políticas’ (LE GOFF, 2001, p. 30)

Nessa época, já havia sido publicado o famoso *Uma História em Migalhas* (1987), de François Dosse. O mal estar dos novos *Annales* com relação à História Total não são incontornáveis e sempre se pode conclamar a metáfora da “mudança de pele”, evocada tanto por Febvre (1946) como por Braudel (1969), para sugerir, aliás corretamente, que a historiografia, por ser também histórica, está sempre aberta a mudanças. Mas a questão, aqui, é a tênue tensão com que os novos *annalistas* precisam lidar, invocando uma herança em relação aos *Annales* ancestrais, mas ao mesmo tempo impulsionados por mudanças que os obrigariam a rever itens do Programa. Neste caso, ainda seriam a mesma escola? Às vezes vemos os responsáveis pela consolidação da imagem do novo grupo patinar no traiçoeiro gelo das velhas definições, já cristalizadas, ou mesmo “sacralizadas”. No prefácio-manifesto, texto da primeira fase de atuação dos historiadores da *Nouvelle Histoire*, Le Goff deixa escapar este conselho para aqueles que buscam contribuir para a História do Imaginário – um conselho que nem todos poderiam cumprir:

“Por isso, o historiador deve escolher como tema de pesquisa o que Pierre Toubert e eu chamamos de estruturas globalizantes. E evocamos o fenômeno do incastellamento, forma original de hábitat rural, constituída entre os séculos X e XIII, a noção de trabalho, a guerra, a deserção rural, a marginalidade” (LE GOFF, 2011, 169).

Os terceiros e quartos *Annales*, sob a liderança de Jacques Le Goff e de alguns outros historiadores do núcleo central dos *Annales*, precisavam enfrentar com criatividade as tensões geradas pelo desejo de evocarem para si mesmos a herança de um grupo e de seu programa, mas já em um contexto que levava os seus temas a se diversificarem extraordinariamente, em alguns casos ditados por modas editoriais. Não tardará muito a serem constantemente confrontados com pequenas alfinetadas nessa espécie de calcanhar de Aquiles, a começar pela mordaz *A História em Migalhas* (1987), escrita nove anos depois do prefácio-manifesto. Naturalmente que, nesse novo contexto de confrontos, Le Goff precisou se posicionar – defender posições que não apenas eram suas, mas do grupo

que ele liderava institucionalmente. Às vezes, era preciso defender mesmo posições que não eram inteiramente suas. Esse é o ônus da liderança.

Por outro lado, esse grupo razoavelmente grande de novos *annalistas* também desenvolve outras formas de reagir às tensões geradas pelo peso da herança original dos *Annales*. Para além da posição elegante de Le Goff face às tensões entre a tradição e o novo, já era possível encontrar aqueles que ousavam criticar, com alguma delicadeza e por vezes com secreta ironia, os dois ancestrais sagrados, e que discretamente já se esmeravam em, de alguma maneira, profanar os velhos ídolos dos *Annales*. Georges Duby (1919-1996) – historiador que atingiu notoriedade como medievalista e que rivalizou com Jacques Le Goff neste campo de estudos – já se refere à bíblia dos primeiros *Annales*, a *Apologia da História*, de Marc Bloch, como um texto que envelheceu (apud DUMOULIN, 2000, p.23)⁴, ao mesmo tempo em que, de Lucien Febvre, observa que “retirava sua informação mais das obras literárias do que dos documentos, e muito mais daquelas do que das estatísticas” (DUBY, 1991, p.118). Por outro lado, Jacques Le Goff, com a diplomacia que exige o seu cargo de porta-voz dos terceiros *Annales*, e com alguma admiração sincera por Bloch, ou mesmo por Braudel, assim se expressa em seu prefácio para uma das edições da *Apologia da História* de Bloch, com seu texto cheio de polidas arestas:

“Esforçando-me por ser o discípulo póstumo deste grande historiador que infelizmente não pude conhecer, mas cuja obra e ideias foram para mim, e continuam sendo, as mais importantes em minha formação e minha prática de historiador, e honrado por ter me tornado em 1969 – graças a Fernand Braudel, grande herdeiro de Lucien Febvre e de Marc Bloch – co-diretor dos *Annales*, tentarei simplesmente, nas páginas que vão se seguir, exprimir as reações de um historiador de hoje, um historiador que se situa na tradição de Marc Bloch e dos *Annales* e que se empenha em praticar, no que lhes diz respeito, a fidelidade definida por este último ao assinalar, na nota acima evocada, que a fidelidade não exclui a crítica”. (LE GOFF, 2001, p.16).

Reaparece nesse texto, como tantas vezes entre os novos *annalistas*, o esforço em conectar as três gerações (os terceiros *Annales* a Marc Bloch e a Lucien Febvre, mas também a Fernand Braudel, o ‘elo necessário’). Tudo isso levemente temperado, todavia, com a tensão que se afirma, logo em seguida, com a prometida “fidelidade crítica”.

Novos espaços temáticos e novas abordagens historiográficas: outras direções a expandir

Retornando ao contexto intelectual do final dos anos 1960, devemos lembrar que, além das temáticas e dimensões de estudo, diversificam-se naquele momento, no planeta historiográfico que recobre a Europa e as Américas (e não apenas na França dos *Annales*), as abordagens. Após a década de 1970, a História Quantitativa, antes senhora quase suprema nos espaços institucionais dominados pelos *Annales* – sempre sob a batuta bem ritmada de Ernst Labrousse, segundo nome na hierarquia braudeliana – começará também a ser questionada, até mesmo na legitimidade de seu orgulho de ter pretensamente trazido à história o máximo de cientificidade possível com as análises seriais e com o controle do que se repete o do que varia em uma duração mais longa. Contrapondo-se às antigas orientações de Labrousse, é também um lugar menos privilegiado no cenário historiográfico o que Jacques Le Goff atribui à história quantitativa, quando não explicitamente em seus textos teóricos, também a partir de sua própria prática historiográfica de medievalista, já que habitualmente costuma se valer muito mais das análises qualitativas, amparadas pela apreensão de muitos tipos de fontes, do que das práticas seriais.

Outra posição clara de Jacques Le Goff neste, como em outros de seus textos teóricos, é a do fortalecimento da importância atribuída à Interdisciplinaridade. Nessa época, a Antropologia será a interlocutora que ocupará o principal lugar de destaque. Alguns chegam a falar em uma “virada antropológica” a partir dos anos 1970. Em vista disso, nas últimas décadas do século XX a História Cultural passa a assumir uma posição privilegiada entre as diversas modalidades historiográficas, mas sem que outras sejam menosprezadas. A História Econômica já não é mais a senhora absoluta, ou pelo menos a despota esclarecida, das preferências historiográficas, e despontam nessas novas décadas as modalidades já mencionadas – a História das Mentalidades e a nova História Política, concebida em novas bases e já livre da factualidade ingênua de sua ancestral oitocentista. Já vimos que, dentre as escolhas temáticas do Le Goff medievalista, predominam amplamente os temas relacionados à cultura, ao imaginário, às formas de sentir e de representar, aos modos de vida. Um novo destaque interdisciplinar é também trazido pela Linguística, bem como pelas disciplinas ligadas à Crítica Literária, de modo

geral, em permanente diálogo com a Literatura, um dos objetos privilegiados pela curiosidade historiográfica de Jacques Le Goff.

Retornando à questão da ampliação temática da historiografia, como uma demanda dos novos tempos, pode-se dizer que os terceiros *Annales* deram sequência à ampliação de questões históricas que um dia os primeiros annalistas haviam indicado no seu programa – ainda que essa ampliação, para muitos dos espíritos mais críticos, já começasse extrapolar em direção a uma perigosa zona para além da qual a história-problema poderia ficar comprometida. De todo modo, o argumento sustentado por Jacques Le Goff nos seus textos teóricos, sobretudo naqueles que serviram de prefácio às obras coletivas dos historiadores da *Nouvelle Histoire*, seria o de que os Novos *Annales* apenas levaram adiante, até as suas últimas conseqüências, um item fundamental no programa dos velhos *Annales*. A liberdade temática e a escolha de problemas eram exploradas pelos terceiros *Annales* com liberdade inigualável.

A ampliação de horizontes temáticos leva, quase naturalmente, ao reconhecimento da expansão das possibilidades de utilização de novos tipos de fontes históricas. Este foi um aspecto historiográfico ao qual Jacques Le Goff sempre esteve muito atento, seja no desenvolvimento de suas pesquisas mais específicas sobre a Idade Média, seja em seus textos teórico-metodológicos. No texto-manifesto que vimos analisando – o qual tem a dupla função de antever novas tendências e de apresentar um balanço do que já foi realizado pelo filão historiográfico dos *Annales* – Jacques Le Goff deixa entrever a ideia de que o aspecto da metodologia de tratamento de fontes históricas era ainda um item do programa dos *Annales* que ainda precisava avançar o que se tornaria realidade precisamente a partir da nova geração que assumira a direção do movimento em 1969. No texto em questão, há um desfecho bastante interessante. Depois de apontar todas as conquistas dos *Annales* a partir dos vários itens do seu programa, Le Goff indica outros três a serem aprimorados: (1) a concretização efetiva de condições para incluir na pauta dos historiadores uma correta história comparada⁵, (2) a exploração de novas e mais criativas formas de lidar historiograficamente com o tempo, e (3) o desenvolvimento de uma metodologia mais consciente para a análise de fontes históricas. Jacques Le Goff chega a falar, aqui, em uma nova concepção de documento, uma temática na qual Febvre insistira algumas vezes, mas que, no entender de Le Goff, não havia alcançado uma

distância significativa em relação às concepções que já eram trazidas pelos historicistas da antiga escola alemã:

“Uma nova concepção do documento, acompanhada por uma nova crítica deste. O documento não é inocente, não decorre apenas da escolha do historiador, parcialmente determinado ele próprio por sua época e seu meio; o documento é produzido consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado tanto para impor uma imagem desse passado como para dizer a ‘verdade’. A crítica tradicional dos documentos forjados (e Marc Bloch quase não a superou em *Apologia da História*) é muito insuficiente. É preciso desestruturar o documento para entrever suas condições de produção. Quem detinha, em dada sociedade do passado, a produção de testemunhos que, voluntária ou involuntariamente, tornaram-se documentos da história? É a partir da noção de documento/monumento, proposta por Michel Foucault em *A Arqueologia do Saber*, que a questão precisa ser considerada. Ao mesmo tempo, é preciso localizar, explicar as lacunas, os silêncios da história, e fundamentá-la tanto nesses seus vazios como na densidade daquilo que sobreviveu” (LE GOFF, 2011, p.168].

A relação do historiador com o documento histórico, aliás, sempre foi uma preocupação importante de Jacques Le Goff, que vemos se concretizar, em uma reflexão mais sistematizada, com o texto “Documento/Monumento”, publicado na coletânea de artigos sob o título *História e Memória* (1982). Com ensaios como este, podemos dizer que se consolida a contribuição de Jacques Le Goff não apenas para a Teoria da História e para a Historiografia, mas também para a Metodologia da História. Dessa maneira, estabelece-se com muita clareza, em nossos dias, a importância da contribuição historiográfica desse historiador recentemente falecido (1 de abril de 2014), o qual foi não apenas um grande medievalista, mas também um nome fundamental para a historiografia como um todo.

REFERÊNCIAS

OBRAS DE JACQUES LE GOFF

- LE GOFF, J. (1991). *Mercadores e Banqueiros na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1991 [original: 1956].
- LE GOFF, J. (2003). *Os intelectuais na Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olympio [original: 1957].
- LE GOFF, J. (1995). “Idade Média: tempo da Igreja e tempo do Mercador.” In: *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa. p.43-60. [original: 1960].
- LE GOFF, J. (1995). *A Civilização do Ocidente Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa. 2 vol [original: 1964].
- LE GOFF, Jacques. “Nota sobre sociedade tripartida, ideologia monárquica e renovação econômica na Cristandade do século IX ao século XII”. In: *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1980 [original: 1965].
- LE GOFF, J. (1975). *O Maravilhoso e o Cotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70. [original: 1972-a].
- LE GOFF, J. (1975). “A Política: será ainda a ossatura da História?” In *O Maravilhoso e o Cotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, p.221-242. [original: 1972-b].
- LE GOFF, J. (1988). “As mentalidades: uma história ambígua”. In: LE GOFF, J. e NORA, P. (orgs.) *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p.68-83 [original: 1974].
- LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1980 [original: Paris: 1977].
- LE GOFF, J. (2011). “A História Nova” in: NOVAIS, F. e SILVA, R. F. da (orgs). *Nova História em Perspectiva*. São Paulo: Cosac & Naify [original: 1978].
- LE GOFF, J. (1992). *O Apogeu da Cidade Medieval*. São Paulo: Martins Fontes [original: 1980].
- LE GOFF, J. (1990). *O Nascimento do Purgatório*. Lisboa: Edições 70 [original: 1981].
- LE GOFF, J. (1994). *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa [original: 1985].
- LE GOFF, J. (2004). *A Bolsa e a Vida*. São Paulo: Brasiliense [original: 1986].
- LE GOFF, J. (1996). *História e Memória*. São Paulo: EdUNICAMP [original dos ensaios: 1987-1982] [original do livro: 1982].
- LE GOFF, J. (1989). *O Homem Medieval*. Lisboa: Presença.
- LE GOFF, J. (1999). *São Luís*. Rio de Janeiro: Record [original: 1996-a].
- LE GOFF, J. (1998). *Uma vida dedicada à História*. São Paulo: UNESP [original: 1996-b].
- LE GOFF, J. (1996). Entrevista concedida a Hughe Salord e Anne Rapin. *Ciências Humanas*, 24 [original: 1996-c].
- LE GOFF, J. (2008). *A Europa explicada aos jovens*. Petrópolis: Editora Vozes [original: 1996-d].
- LE GOFF, J. (2001-b). *Por amor às cidades*. São Paulo: UNESP [original: 1997-a].
- LE GOFF, J. (2001). “Prefácio” In: BLOCH, M. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Zahar, p.15-34 [original: 1997-b].

- LE GOFF, J. (2000). “O Riso na Idade Média” In *Uma história cultural do humor*. Rio de Janeiro: Record. P.65-82 [original: 1997-c].
- LE GOFF, J. (2001-a). *São Francisco de Assis*. Rio de Janeiro: Record [original: 1999].
- LE GOFF, J. (2005). *Em busca da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira [original: 2002].
- LE GOFF, J. (2006). *Uma história do corpo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira [original: 2003].
- LE GOFF, J. (2007). *A Idade Média explicada a meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir [original: 2006].
- LE GOFF, J. (2008). *Uma longa Idade Média explicada a meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir [original: 2007].
- LE GOFF, J. (2010). *Le Moyen Âge et l'Argent*. Paris: Perrin.
- LE GOFF, J. (2011). *À la recherche du temps sacré, Jacques de Voragine et la Légende dorée*. Paris: Perrin, 2011.

OBRAS ORGANIZADAS POR JACQUES LE GOFF

- LE GOFF, J. (org). (1990-a). *A Nova História*. São Paulo: Martins Fontes [original: 1978].
- LE GOFF, J. e NORA, P. (orgs). (1988). *História: Novos Problemas, Novas Abordagens, Novos Objetos*. 3 vol. Rio de Janeiro: Francisco Alves [original: 1974].
- LE GOFF, J. e SCMITT, J-C. (orgs). (2002). *Dicionário Temático da Idade Média*. 2 vol. Bauru: EDUSC [original: 1999].
- LE GOFF, J. e WACHTEL, N. (1996). *Une école pour les sciences sociales – de la VI section a l'Ecole de Hautes Etudes en Sciences Scoliales*. Paris: CERF.

BIBLIOGRAFIA CITADA:

- BLOCH, M. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Zahar, p.15-34 [original: 1997-b].
- BLOCH, M. (1990). *A Sociedade Feudal*: Lisboa; Edições 70, [original: 1939].
- BLOCH, M. (1993). *Os Reis Taumaturgos – o caráter sobrenatural do Poder Régio. França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras [original: 1924].
- BLOCH, M. (1928). “Pour une histoire comparée des sociétés européennes”. In : *Revue de Synthèse Historique*. Tome XLVI. Paris: La Renaissance du Livre, p.15-50.
- BLOCH, M. (1930). “Comparaison”. In : *Bulletin du Centre International de Synthèse*, nº 9, Paris: jun/1930.
- BRAUDEL, F. (2009). *A Civilização Material do Capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes [orig: 1967, revisto em 1979].
- BRAUDEL, F. (1984). *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*. São Paulo: Martins Fontes [original: 1949, revisto em 1965].
- BRAUDEL, F. (1969). Les Annales font peau neuve. *Annales*, nº3. Paris: A. Colin, jul/set.

- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales*. São Paulo: UNESO, 1990.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 [original: 1975].
- CORBIN, A. (1987). *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras [original: 1982].
- DETIENNE, M. (2000). *Comparer l'incomparable*. Paris: Seuil.
- DOSSE, F. (1994). *A História em Migalhas*. São Paulo: Editora Unicamp [original: 1987].
- DUBY, G. (1993). *A História Continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar / UFRJ [original: 1991].
- DUBY, G. e LARDREAU (1980), G. *Dialogues*. Paris: Flammarion.
- DUMOULIN, O. (2000). *Marc Bloch*. Paris: Presses des Sciences.
- FEBVRE, L. (2011). "Face ao Vento: manifesto dos novos *Annales*" In: NOVAIS, F. e SILVA, R. *Nova História em perspectiva*. S. Paulo: Cosac & Naify, p.75-85 [orig: 1946].
- FONTANA, J. (2000). *Historia dos Homens*. Bauru: EDUSC.
- FRANCO JÚNIOR, H. Entrevista com Jacques Le Goff. *Signum* (São Paulo), v. 1, p. 211-233, 1999.
- GOUBERT, P. (1992). "História Local". In: *História & Perspectivas*, Uberlândia, 6-45-47, jan/jun, p.45.
- HUIZINGA. Joannes. *O Outono da Idade Média*. São Paulo: Cosac & Naify, 2010 [original: 1919].
- LE ROY LADURIE, E. (1978-b). « L'Histoire Immobile [aula inaugural para o Collège de France] » In: *Le Territoire de l'historien*. Paris: Gallimard.
- LE ROY LADURIE, E. (1967). *Histoire du climat*. Paris: Flammarion.
- LE ROY LADURIE, E. (1983). *Montaillou: cátaros e católicos em uma aldeia francesa*. Lisboa: Edições 70 [original: 1975].
- PERROT, M. (2011). *História dos Quartos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra [original: 2009].
- PIRENNE, H. (1923). "De La méthode comparative en histoire" In: DES MAREZ, G. e GANSHOF, F-L (orgs). *Compte-rendu du Ve Congrès des Sciences Historiques*, p.19-32. Bruxelas.
- REVEL, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (orgs). *L'ogre historien: autour de Jacques Le Goff*. Paris: Gallimard, 1999.
- RUNIN, Miri (org.). *The work of Jacques Le Goff and the challenges of medieval history*. Woodbridge: Boydell, 1997.
- RUST, Leandro Duarte. Jacques Le Goff e as representações do tempo na Idade Média. *Fênix – revista de história e estudos culturais*. Uberlândia, UFU, vol.5, ano V, nº 2, 2008, p.1-19.
- SILVA, Andréia Frazão da e SILVA, Leila Rodrigues. "Jacques Le Goff" In: LOPES, Marco Antonio e MUNHOZ, Sidnei J. (orgs.). *Historiadores do Nosso Tempo*. São Paulo: Alameda, 2010. p.135-152.
- VIGARELLO, G. (1996). *O limpo e o sujo*. São Paulo: Martins Fontes [original: 1985].
- WACHTEL, N. (1971). *La vision des vaincus*. Paris: Gallimard, 1971.
- WALLERSTEIN, I. (1989b). "O Homem da Conjuntura" In: LACOSTE, Y. (org.). *Ler Braudel*. Campinas: Papirus, p.13-29.
- WEBER, Max. [1996]. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Pioneira [original: 1904-1905].

¹ Neste artigo, são retomadas e revistas as reflexões publicadas no artigo 'Jacques Le Goff: Considerações sobre sua contribuição para a Teoria da História' (Revista Cadernos de História, 2013, n°21, p.135-156).

² No Brasil intitulada *História: novos problemas, novos objetos, novas abordagens* (LE GOFF e NORA, 1988, vol.3, p.68-83).

³ Em português, traduzido como *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX* (CORBIN, 1987).

⁴ Por outro lado, nos seus *Diálogos* com G. Lardreau (1980: 40), Duby se refere a Bloch como um de seus “mestres”.

⁵ Marc Bloch fora, depois de Henri Pirenne (1923), um dos primeiros historiadores do século XX a discorrer sobre a possibilidade de um novo campo de estudos, a História Comparada (1928, 1930).